

## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS/AS PROFISSIONAIS E GESTORES DA ESCOLA NAZINHA BARBOSA DA FRANCA**

Celyane Souza dos Santos<sup>1</sup>; Maria Nazaré dos Santos Galdino<sup>2</sup>; Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento<sup>3</sup>; Amanda Raquel Medeiros Domingos<sup>4</sup>; Maria de Fátima Leite Gomes<sup>5</sup>.

*Universidade Federal da Paraíba – celyanesouza1@hotmail.com*

**Resumo:** O presente artigo é resultado de observações sistematizadas, através da experiência no projeto de extensão intitulado: O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionalidades na Educação: uma experiência na escola municipal Nazinha Barbosa da Franca, na cidade de João Pessoa, em 2018, por alunas do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Os objetivos propostos são: (I) analisar a compreensão dos profissionais e gestores sobre o Programa; e, (II) se o PBF é um instrumento de reprodução das condições sociais. Quanto à metodologia utilizada, optou-se pela observação direta, por meio de rodas de conversas, reuniões interdisciplinares entre os/as profissionais e gestores. A interpretação dos dados ocorreu à luz da teoria crítica, a fim de se revelar as tramas que envolvem a temática. Quanto aos dados obtidos, observa-se, que o PBF fortalece ações individuais, pontuais, direcionadas a atenções parciais junto aos/as beneficiários/as do referido programa. Portanto, percebe-se que no âmbito da escola, o PBF é um instrumento de manutenção das condições estruturais e subjetivas dos sujeitos envolvidos, bem como, um elemento que induz uma visão passiva diante da realidade.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Escola, Reprodução Social.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo foi estruturado com o objetivo de apresentar a experiência em extensão, na Escola Nazinha Barbosa da Franca, na cidade de João Pessoa, através do PBF, à luz do olhar dos/as alunos/as do Programa, bem como, dos profissionais e gestores da referida Unidade Escolar.

Os motivos que impulsionam a realização desse artigo partem da necessidade: (I) de conhecer e identificar a compreensão dos profissionais e gestores sobre a focalização e

---

<sup>1</sup>Graduada pela Universidade Federal da Paraíba e membro externo do Projeto de Extensão vinculado ao PROBEX-UFPB. E-mail: celyanesouza1@hotmail.com;

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba Extensionista Bolsista do Projeto de Extensão vinculado ao PROBEX-UFPB. E-mail: zaremorena12@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba e Monitora Bolsista da disciplina Ética em Serviço Social pela UFPB. E-mail: eryennelorryne@hotmail.com;

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba e Extensionista Colaboradora do Projeto de Extensão vinculado ao PROBEX-UFPB. E-mail: ar160697@gmail.com;

<sup>5</sup> Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFPB e Coordenadora do Projeto de Extensão vinculado ao PROBEX-UFPB. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com.

seletividade do Programa e (II) se o PBF é um instrumento de reprodução social, na perspectiva de seus/suas usuários/as, com base na fala dos profissionais e gestores.

No aspecto dos procedimentos metodológicos, para se analisar as informações colhidas, recorreu-se a rodas de conversas, reuniões interdisciplinares e observações sistemáticas. No aspecto da análise das falas obtidas, optou-se pela perspectiva analítico-crítica, a fim de se alcançar uma compreensão aprofundada das informações apreendidas, buscando-se perceber a relação da totalidade com o universo particular da escola; igualmente, objetivou-se desnudar o cenário sob o qual a escola se insere, na intenção de identificar as contradições presentes no contexto mencionado.

Outros dados, como a leitura dos diários escolares, encontros com pais e responsáveis dos/das alunos/as beneficiários/as do programa, serviram para elucidar incompreensões sobre a visão que os profissionais e gestores têm do Bolsa Família e o seus desdobramentos em relação aos seus beneficiários/as.

Outrossim, os dados serão analisados à luz da teoria crítica. Desse modo, buscar-se-á superar as aparências disponíveis ao senso comum, para se revelar as verdadeiras tramas que envolvem o problema objeto desse artigo no contexto local, sem desconectá-lo da conjuntura nacional.

## **2. METODOLOGIA**

Os desdobramentos metodológicos dessa experiência vivenciada por meio do projeto de extensão em tela fundamentam-se através de técnicas de dinâmicas de grupo, cuja finalidade é facilitar e mediar à relação entre o sujeito que pratica a ação e o que recebe a ação; assim, foram utilizados como procedimentos de aproximação com a realidade estabelecida, junto aos/as profissionais e gestores da Unidade Escolar Nazinha Barbosa da Franca, as seguintes estratégias: rodas de conversas, abordagens diretas, reuniões, oficinas, entre outros.

Tais procedimentos tiveram como objetivo compreender e analisar a conjuntura local, a fim de elucidar o papel que compete aos/as profissionais e gestores envolvidos nesse processo.

## **3. RESULTADOS**

Torna-se imprescindível desnudar a versão dos profissionais e gestores sobre o PBF mediante a perspectiva seletiva do Programa, frente aos/as usuários/as deste; ou seja, analisá-lo como estratégia de dupla face, através do processo de seletividade, que se configura enquanto mecanismo de estabilização das relações sociais, ao tempo em que acolhe as demandas do público vulnerável. Inicialmente, pode-se dizer que o conteúdo das falas ocorreu em direção à valorização do aspecto econômico-financeiro do PBF e do seu modelo de focalização.

Verifica-se que para os profissionais e gestores, o PBF ameniza a pobreza, ao tempo em que favorece ao grupo que está no poder, ganhos políticos expressivos. É notório nas falas, a conexão que fazem em torno da conformação das famílias ao ganho material-financeiro desencadeado pelo Bolsa Família, ressaltando-se a gratidão que surge nesse contexto como expressão do reconhecimento da “bondade” dos que mandam e do “dever moral” do agradecimento dos que acreditam dever um favor.

Entende-se que essa visão acerca do Programa, induz o/a assistido/a compreendê-lo como relação de favor. Evidentemente que essa ideia de favor, de gratidão se “modernizou”, e que ao proteger-se sob o manto da democracia representativa, das conquistas sociais, da Constituição Cidadã de 1988, entre outros, arbitrariamente insiste em persistir. Essa persistência é sinônimo do desmantelamento das políticas sociais universais, duramente conquistadas a partir do chamado período de redemocratização brasileiro, fruto de uma luta política da sociedade civil organizada, das classes subalternas que resultou na referida “Constituição Cidadã”. Portanto, apesar das conquistas sociais, do avanço da Política de Seguridade Social, as orientações neoliberais dos governos brasileiros atuam na contramão desse processo, a exemplo das falas que seguem.

Assim, sob esses aspectos, as falas dos profissionais, abaixo, revelam:

*Eu acho que quem está no poder sai ganhando com isso. (FALA Nº 1 - PROFISSIONAL)*

*É um programa que diminui o desespero das pessoas sim, porque é um dinheiro que não circulava e hoje circula. [...]. E, quanto à questão do silenciamento da população que recebe o Bolsa [...] eu acho que o Programa favorece ao consenso do governo no poder, sim. [...] (FALA Nº 2-GESTOR, grifo nosso).*

*[...]A gente diz que não tem cobertura para todos, mas, o Estado, ele trata de alguns segmentos vulneráveis, e aí, a gente vê que isso é importante. [...]. Por isso, o governo fez uma grande coisa para essa gente. (FALA Nº 3-GESTOR, grifo nosso).*

Os “elementos” apontados pelos profissionais expressam uma postura “acrítica” em relação ao PBF; considera-se que é um terreno de embate que requer compromisso teórico e político-profissional exigindo dos que atuam junto ao Programa uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classes, bem como, um papel de interlocução que se contraponha a ótica normativa das elites político-econômicas locais e do país, frente às desigualdades estabelecidas. No geral, o que é visível nestas é a difusão e a efetivação da concepção do Programa fora de uma perspectiva de totalidade, condizente com objetivos acríticos e como caminho de instrumentação do consenso.

Numa linha de pensamento que se coloca contrária a posição de “neutralidade” dos profissionais e gestores, Behring e Boschetti (2006) dizem que, ao renderem-se ao conformismo da realidade estabelecida, acirrada pelas dificuldades materiais das classes subalternas, correm o risco de abandonarem a historicidade e de não verem a história como processo aberto. Sendo assim, terminam por explicitar a racionalidade dos que comandam, dos que dirigem, criando condições de máximo desenvolvimento de suas ideologias. Neste sentido, o papel de divulgadores de uma ideologia favorável ao PBF enquanto mero repassador de recursos financeiros recaem de modo apropriado aos profissionais e gestores, uma vez que, expressam simplesmente a compreensão de racionalidade da classe no poder; ou seja, a articulação de interesses estruturalmente desiguais, entre os segmentos sociais.

Evidencia-se também, nas falas, o personalismo nos benefícios e as lealdades individuais; ou seja, a lógica da gratidão se fortalece como um sistema de controle, de consenso. Essa lógica, como enfatiza Yazbek (1993), reforça a figura do pobre beneficiário e necessitado através de suas demandas, além de uma posição de subordinação pela sua condição de pobreza. Assim, a prática política moderna também sobrevive pelos laços de lealdade a partir da oferta de benefícios materiais, cujo resultado maior, continua sendo a neutralização de conflitos. É, portanto, no momento da necessidade/atendimento que se afirma a gratidão. Outro aspecto relacionado à gratidão é o clientelismo que está subentendido nas falas. Desse modo, verifiquem-se as que seguem:

*Eles chegam aqui e dizem: isso aqui é do meu político, minha filha.* (FALA Nº 3- GESTOR, grifo nosso).

*Olhe, o povo tem muito medo que alguém chegue, outro político e acabe com tudo isso que tá acontecendo, que não dê continuidade ao Bolsa Família.* (FALA Nº7- PROFISSIONAL).

*O Bolsa família é importante, e ninguém consegue dissociar isso não!* (FALA Nº 6- PROFISSIONAL, grifo nosso).

Para Seibel e Oliveira (2006), tal realidade é ressaltada por Offe (1984), a partir da relação entre o aparelho estatal e interesses vinculados à necessidade de valorização do capital. Segundo Offe (1984), só se pode falar de um “Estado capitalista”, se for possível demonstrar que o sistema de instituições políticas tem uma “seletividade própria”, especificamente classista. Assim, Offe (1984, p. 147) define seletividade como “uma configuração de regras de exclusão institucionalizadas”, que funcionam como critério de seleção no sentido de decantar interesses particulares de classe, escolher e selecionar somente aqueles interesses compatíveis com os “interesses globais do capital,” de forma a favorecer sua articulação; consiste em proteger o capital contra interesses e conflitos anticapitalistas.

Em termos concretos, Seibel e Oliveira (2006) ainda referendada nas ideias de Offe (1984), argumentam:

O clientelismo, na qualidade de conteúdo de relações políticas (atuando sobre os segmentos populares, principalmente), se fortalece justamente diante das necessidades sociais, normalmente urgentes, emergentes ou excepcionais. Portanto, é produto da pobreza e da miséria. (SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 143).

Entende-se, com base, também, nas ideias de Seibel e Oliveira (2006) que a perspectiva de cunho neoliberal no trato com políticas e programas sociais, secundarizou o princípio do direito e afirmou o mérito e a necessidade como princípios orientadores dos governos, em todas as esferas, na área social.

A inserção desse movimento não encontrou maiores resistências nas últimas décadas, uma vez que se identificou com o conteúdo e as práticas seletivas, já cristalizadas nas relações políticas. Assim, à luz da perspectiva Offe (1984), Seibel e Oliveira (2006, p. 144) definem o clientelismo como um sistema de regulamentação seletivo, pois configuram regras de exclusão social que operam por meio de um sistema de filtros. Para elas, “o substrato dessa relação é a reedição histórica de uma relação socialmente perversa e excludente, pois desqualifica as demandas sociais e suas possibilidades de transformação em políticas sociais de cunho democratizantes [...]”.

Na trilha desses argumentos, acompanhe os depoimentos que revelam essa análise:

*Há clientelismo de voto pra o Governo Federal! [...].” (FALA N° 2-GESTOR, grifo nosso).*

*É um voto de gratidão, é um voto de agradecimento, de esperança que eles não retornem aquela situação que eles viviam antes, que não podiam comprar um pão.* (FALA Nº 3–GESTOR, grifo nosso).

*A gente sabe que existe um pouco de clientelismo no Bolsa Família. Elas dizem: – “Ah, é uma caridade, o Bolsa Família é uma caridade! Tem gente que pensa assim. [...] (fala Nº 2-GESTOR).*

*Eu escutei muito as pessoas dizerem que votariam no candidato tal. – . A gente percebe essa visão. (FALA Nº 1-GESTOR, grifo nosso).*

É importante reafirmar, também, que o clientelismo significa a reiteração de interesses individuais que não comprometem a estrutura social de classes, pois não socializa parte da riqueza produzida em amplitude geral, mas sim, em amplitude focal, o que fragiliza a leitura da realidade de forma crítica, particularmente pelos assistidos do Bolsa Família.

Com base, então, nas expressões dos profissionais e gestores da escola Nazinha Barbosa da Franca, o PBF é visto pelos/as assistidos/as do Programa enquanto redentor da miséria absoluta. Neste sentido, à luz da reflexão de Acanda (2006), o “senso comum” caracteriza-se por conter em si uma concepção de mundo ingênua, desarticulada, caótica, desagregada e conservadora. De acordo com o citado autor, “sua estrutura [...] leva a uma consciência dividida, alienada e rígida que favorece a passividade e a aceitação da ordem social.” (ACANDA, 2006, p. 206). Portanto, a capacidade hegemônica da classe governante manifesta-se, precisamente, em sua capacidade de fazer com que sua ideologia se popularize que se converta numa ideologia comum e seja assumida de forma mecânica pelo povo, que a aceita devido à carência de educação crítica. De acordo com essa lógica, os depoimentos abaixo reforçam essa direção:

*Enquanto a Transferência de Renda acontecer no Brasil em forma de concessão e for encarada como política de determinado governo, a população em situação de vulnerabilidade social, beneficiária do Programa sentirá impulsionada ao silenciamento, à desmobilização, acredito; mesmo que como mecanismo de sobrevivência, uma vez que para a grande maioria das famílias beneficiárias, este benefício se configura como a única renda mensal certa da família. (FALA Nº 8-PROFISSIONAL).*

*Considero que iniciativas de transferência de renda são necessárias; que os moldes do Bolsa Família necessitam de alguns redirecionamentos, mas que as famílias do Bolsa Família, enquanto famílias em situação de vulnerabilidade social, necessitam de mais iniciativas governamentais nessa direção e de criação e manutenção dos chamados Programas Complementares. É necessário que eles aconteçam de forma articulada entre as políticas públicas e continuamente e não ocasionalmente, com um total de vagas que não atendem as expectativas de (apenas parte das) famílias como hoje observamos. (FALA Nº 10-PROFISSIONAL).*

Para Acanda (2006, p. 206), “[...] o senso comum é um instrumento de dominação de classe [...]” Essa avaliação negativa “não significa afirmar que não existam verdades no senso comum [...], significa que o senso comum é uma concepção equívoca, contraditória e multiforme [...]” (GRAMSCI, 1966, p. 125). Parafraseando, entretanto, o pensamento de Gramsci, não se pode dizer que não existam verdades na concepção dos técnicos e gestores do Programa, mas, pode-se dizer que a crítica ao senso comum “é um antídoto contra toda tentativa de empreender uma política que desconsidere as condições culturais que conformam a ideologia de massas e que impedem, ou possibilitam, a superação da hegemonia burguesa.” (ibid., p. 206).

Segundo Acanda (2006, p. 206), “[...] Gramsci agrupa no conceito “pensamento negativamente original das massas”, e de influir positivamente sobre esse, como fermento vital de transformação íntima daquilo que as massas, de forma embrionária e caótica, pensam [...]” Neste sentido, Gramsci estabelece uma diferença entre o senso comum e o “bom senso” (ou seja, o núcleo sadio da concepção de mundo das massas).

Para Gramsci (2000), trata-se de um processo de superação do senso comum<sup>6</sup> como resultado de movimento progressivo e dialético, compreendido a partir da unidade entre teoria e prática, não como fato meramente mecânico, mas resultado de um devir histórico. Implica necessariamente unidade intelectual e ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou crítica: a consciência como força transformadora da realidade que lhe permite analisar, valorar e participar ativamente dos acontecimentos que tenham relação com o contexto político, econômico e sócio-cultural, construída a partir de uma experiência comum. Assim, a realidade apontada nas verbalizações dos profissionais não se revela nesse contexto; o que é revelado é a cristalização da ordem econômica conservadora através da reprodução do capital e, do ponto de vista político, a manutenção das relações sociais estabelecidas no contexto capitalista.

De acordo com Behring e Boschetti (2006), as condições políticas estabelecidas atualmente, especialmente, em função da agenda e das alianças levadas a termo, estão longe de assegurar um caminho necessário para a materialização de um projeto político de sociedade que rompa com a estrutura social desigual constituída no Brasil. Para as referidas autoras, um desafio é reconhecer que os limites que existem são essencialmente mutáveis,

---

<sup>6</sup> De acordo com Gramsci (2000), o senso comum é inserido nas consciências por meio de uma ação intencional dos grupos de poder com a mediação de seus intelectuais, que poderá desmobilizar ou estimular a passividade moral e política, mas que contraditoriamente, não consegue impedir o surgimento de outros movimentos hegemônicos.

relativos. Que não se pode confundir Estado com governos, pois, estes passam, o Estado fica e é a perspectiva de transformação do Estado que deve orientar as ações.

Contudo, é preciso lembrar que para a grande maioria da parcela dos profissionais da Escola Nazinha Barbosa da Franca há um consenso social que aponta para a superação da “extrema pobreza” e “pobreza” por meio do Bolsa Família; esse consenso, além de ocultar as diferenças sociais, dificulta a construção de um consenso desideologizador. Na realidade, o que se apresenta é o envolvimento e “captura ideológica” de segmentos das classes subalternas quando os profissionais indicam a “racionalidade incontestável” do PBF, considerando-o “necessário” para o projeto de combate à pobreza. Nesse sentido, o colocam no campo das “saídas racionais” e “desideologizadas”. A presente análise se concretiza nos argumentos que seguem:

*Quando você vai fazer o Bolsa Família, você tem que dizer que é um Programa Federal, em parceria com o município; sem querer você tá fazendo política! E quando a família é inserida ela fica agradecida. Então, é um ganho político [...] (FALA Nº 12-PROFISSIONAL).*

*Este Programa não deixa de ser uma estratégia política para ele se beneficiar. Existe todo um processo, uma ‘cortina de fumaça’ que beneficia de uma forma ou de outra o sistema, como a não reivindicação dos próprios direitos (FALA Nº 02-PROFISSIONAL, grifo nosso).*

*Existe sim. Apoio aos políticos por causa do Bolsa Família. A popularidade deles em nível local refere-se, também, ao Programa Bolsa Família, como em nível nacional. (FALA Nº 03-PROFISSIONAL, grifo nosso).*

Na realidade, o Bolsa Família surge e se mantém nesse contexto como mediador entre os diferentes interesses de classes, através da distribuição de renda a uma parcela da população que se encontra fora do mercado consumidor, proporcionando renda, consumo e desenvolvimento econômico-social através do processo de endividamento dessas famílias, gerando o aquecimento do mercado interno local, o que contribui para preservar interesses capitalistas e “neutralizar” conflitos sociais de classes que possam comprometer esse desenvolvimento (a continuidade do sistema), ao tempo em que “atende” parte dos interesses materiais de segmentos das classes subalternas, constituindo-se assim, um consenso em torno da necessidade da estabilidade econômica.

#### **4. DISCUSSÃO**

Em decorrência do redimensionamento dos modelos de desenvolvimento, diante da eminência de um colapso financeiro internacional, o Brasil, se alinha a uma agenda de ajuste



financeiro e aos planos de estabilização em todo o mundo, juntando-se igualmente ao coro continental de reorientação econômica imposta pelo centro hegemônico. Acatou a partir dos anos 1990, um programa de estabilização de impactos imediatos efetivando uma política de abertura comercial intensiva e reformas profundas do Estado. Paralelamente, em sintonia com esse clima de reformas ajustadoras, o setor privado promoveu uma reestruturação produtiva, rápida e intensiva. E, nesse processo de ajuste de curto e longo prazos, o Brasil passou a assumir a opção pela integração competitiva no mercado global.

O Brasil transformou-se, num espaço livre para o capital especulativo e produtivo, implicando no desmonte da chamada sociedade protegida, constituída na articulação entre trabalho, direitos e proteção social. Nesta perspectiva, no âmago do projeto neoliberal, observou-se um padrão de acumulação, que dentre outras coisas, resultou num novo ciclo de concentração de capital, nas mãos do grande capital internacional, sendo que, o enfraquecimento da classe trabalhadora e suas organizações reivindicatórias e partidárias foram se constituindo em condições políticas para o êxito desse projeto. A essa necessidade política, acrescentou-se o objetivo econômico de desestruturar as instituições públicas (em especial às políticas sociais) para estender os investimentos privados a todas as atividades econômicas rentáveis.

O Executivo se apresentou como o reformador moderno da República em desafio ao Legislativo, tornando, inclusive, Medidas Provisórias seu instrumento de governo; no plano político, o alvo era desmoralizar a recém-promulgada constituição de 1988 (e desregulamentar as políticas sociais), colocando-a como obstáculo à modernização do país. No domínio econômico, era a desvalorização da esfera pública utilizando como estratégia, a liquidação das elites tecnocráticas do Estado formadas na defesa do patrimônio público e do sindicalismo emergente.

O reformismo implicou em disseminar uma visão negativa do papel do Estado e de sua intervenção na vida econômica e social, pois, o “bom estado” deveria ser leve, reduzido quase ao mínimo, tomado pela racionalidade técnica e o vazio de interesses, de embates políticos, a fim de que a vida coletiva fosse pensada como se dependesse do acaso ou do esforço pessoal, pouco importando se a resolução de problemas e conflitos sociais exigiriam uma dinâmica decisivamente social.

Ao longo dos anos 1990, a visão instrumental e fiscal reproduzida, correspondia a uma perspectiva ético-política que definiu o Estado como devendo ser mínimo e atuando mais em nome do que não deveria fazer do que de funções e atribuições explícitas.

O corte nos gastos públicos atingiu seriamente as políticas sociais, afetando ainda mais a qualidade dos (precários) serviços públicos básicos; seguindo essa lógica, foram propostas também mudanças no Sistema de Seguridade Social. Neste sentido, o então sucateamento dos serviços sociais públicos contribuiu para disseminar uma ideia de sua ineficiência e da necessidade de sua privatização.

Entretanto, nos idos dos anos 2000, outra perspectiva de modelo econômico foi pensada para o Brasil, com base no neodesenvolvimentismo, sem, contudo, romper com o modelo econômico neoliberal. Nesse contexto, programas de transferência de renda deram o mote para viabilizar a circulação do capital financeiro, no entanto, por um lado impulsionaram as famílias beneficiárias ao consumo e por outro geraram o endividamento destas.

Dessa maneira, a intenção constitucional de promover a “inclusão social” dos segmentos sociais mais pauperizados, por intermédio de uma diversidade de programas, projetos, benefícios e serviços assistenciais, cujo objetivo pauta-se pela redução das desigualdades sociais, acabou sendo alterada pelo ideário neoliberal fortemente em vigor.

Desta feita a lógica de mercado capitaneada por este Governo interino, adota como principais pilares: o congelamento dos gastos públicos (PEC 241/16); os cortes de direitos e privatizações de serviços públicos (PLP257/15, Reforma da Previdência, Sucateamento do SUS e afins) para garantir o pagamento dos maiores juros do mundo da dívida pública que nunca foi auditada e serve apenas para encher os bolsos dos banqueiros; a entrega dos nossos recursos energéticos tão cobiçados pelo capital internacional; o confinamento das políticas sociais, em destaque, a política de Assistência Social, reduzida a operar mínimos de sobrevivência processados num retrocesso seletivo. Em suma, o Governo Temer dedica-se a desenhar uma imagem negativa do Estado e a conceber as reformas propostas como uma operação para comprimi-lo, não para melhorá-lo, tendo como consequências mais expressivas o agravamento da miséria e o dismantelamento das Políticas Sociais Públicas, em nome do ajuste fiscal.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer dessa experiência, observou-se que as atividades desempenhadas pelos profissionais e gestores, inserem-se em práticas fragmentadas, com base na “neutralidade”. Neste processo, a equipe reproduz a perspectiva ideológica do PBF e cumpre a função mediadora de demandas das famílias assistidas. É, no contexto dessa mediação, que há, entre parte expressiva dos profissionais e gestores, uma formulação teórica a respeito das ações que executam, deixando transparecer a ideia de Estado como bloco homogêneo, não o identificando como um espaço de confronto, onde se enfrentam interesses antagônicos de classes, os quais podem expressar mudanças institucionais, dependendo do acúmulo de forças que cada polo contraditório, em luta, consiga armazenar.

Assim, o PBF, na particularidade do Nazinha Barbosa da Franca, reforça a orientação nacional do referido Programa, operacionalizando-o a partir de ações individuais, pontuais, direcionadas para atenções parciais e distintas. Estes, em sua maioria, entendem que o PBF é a grande “saída” para a pobreza e desconsidera a realidade em suas contradições estruturais, o que favorece compreendê-lo como instrumento funcional junto às famílias assistidas. Legitimam-se, assim, práticas isoladas, além de abrirem espaço à arbitrariedade nas decisões sobre as necessidades dos/as assistidos/as, inibindo-se, com isso, potencialidades da luta de classes.

Assim, diante dos discursos dos profissionais e gestores enfocados, entende-se que a função “maior” do Bolsa Família, na referida escola, é o de reforçar o consenso sobre os segmentos empobrecidos quanto à possibilidade real de acesso a bens de consumo, a garantia de sua reprodução e de sua família.

## REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorg e Luiz. **Sociedade civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca Básica de Serviço Social. V.2.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. 2.

OFFE, C. **Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas**. In: OFFE, C. (Org.) Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.



SEIBEL, E; OLIVEIRA, H. **Clientelismo e seletividade:** desafios às políticas sociais. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis, n° 39, abril/2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1999.